

*Lauro Campbell Marques*  
Ministro do Superior Tribunal  
de Justiça

# ANAIS

**1º CONGRESSO ESTADUAL DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO DO AMAZONAS**

**Dezembro-2002**

**1º CONGRESSO ESTADUAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAZONAS**

**Tema**

**O Ministério Público do Amazonas no Limiar do  
Século XXI – Desafios**

**Manaus, 11 a 14 de Dezembro de 2002.**

**ANAIS**

**PROMOÇÃO/REALIZAÇÃO:**

**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pelo Setor de Documentação/Biblioteca- MP-AM

CONGRESSO ESTADUAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
ESTADO DO AMAZONAS, 1.

Anais: O Ministério Público do Amazonas no Limiar do Século  
XXI - Desafios. \_ Manaus: MP/CEAF-AM, 2003.

1. Ministério Público - congresso I. Título

CDU 347.963 (811.3)

# SOLENIDADE DE ABERTURA

---

---

11 de dezembro de 2002

Salão Rio Negro A e B do Tropical Hotel Manaus

Manaus - Amazonas

---

---

**DR. MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES**  
PROCURADOR - GERAL DE JUSTIÇA

**DRA. ANABEL VITÓRIA PEREIRA MENDONÇA DE SOUZA**  
PRESIDENTE EXECUTIVA

## **MAURO LUIZ CAMPBELL MARQUES**

Senhoras e senhores,

Olhar para adiante, com o pensamento voltado para a perene busca do bem-comum e planejar ações que facilitem essa busca deve ser catecismo do Administrador Público. Para iniciar qualquer planejamento mister se faz auscultar, consultar e coletar dados de todas as matizes de pensamento e, sempre que necessário, desassombradamente admitir erros para rever posições de rota.

Este dia entra para a história do Ministério Público do Estado do Amazonas como a data em que escancaramos nossa Instituição à sociedade, aqui representada não somente por seus guardiões maiores, mas por entidades representativas civis, juízes, estudantes, advogados, policiais, servidores, do Amazonas e de outros rincões brasileiros que também contribuem com a grandeza deste evento.

A tarefa do Ministério Público precisa ser constante e francamente discutida e as críticas assimiladas como estímulo em um trabalho tão apaixonante e belo quanto complexo e árduo. Via de regra, trabalhamos nas lacunas deixadas pelo insustentável débito social brasileiro, onde, também por vezes, cobramos de marginalizados, dívidas que, indiretamente, somos co-responsáveis por elas na medida em que nós, cidadãos completos, perdemos o compasso do sentimento de revolta diante do descalabro da corrupção, da malversação do erário, do absoluto materialismo que petrificou nossas mentes e corações diante das mazelas sociais que, desde 1988, o Ministério Público junto com a sociedade civil organizada busca parcerias para a minoração desses graves problemas.

Mas de nada servirá nossa ação se ela não for compreendida como um alerta, um mero instrumento de reparação ou de revisão do enfoque do Poder Público, jamais de constrangimento ou de vil ataque politiquero contra o agente político em qualquer de seus níveis.

Melhor é atuar pro-ativamente aos avanços e retrocessos sociais observando e lapidando a consciência de todos os agentes políticos e do seu destinatário maior, o Povo, e essa tarefa deve começar por nós, Membros do Ministério Público.

O purismo político defendido por tantos é facilmente convertido em hipocrisia na primeira investida que há contra nossas garantias constitucionais, por exemplo. Não raro confundem-se independência funcional com distanciamento “higiénico” da classe política.

Um corriqueiro convite a ajustar conduta administrativa, se feito com modéstia e zelo, mui facilmente é atendido e a sociedade por certo sequer tomará conhecimento de que a solução encontrada em benefício dela teve seu berço num entendimento soberano e franco entre quem jurou trabalhar por isso. Mas se, continuando com o exemplo, fazemos mau uso desse instrumento, qual seja, do ajustamento de conduta, podemos experimentar o pré-conceito ou a antecipada confusão entre acordo e punição. Nesse momento, o moderno e salutar procedimento perde sua razão de ser e a credibilidade das Instituições se abala mercê de um necessário e preambular raciocínio crítico que qualquer ser humano deve exercer antes de agir.

A solução para que convivamos com naturalidade em quaisquer dos pólos onde atuemos na vida pública é desmistificarmos e quebrarmos o gelo nas relações inter-institucionais, iniciando por fazer chegar ao cidadão

ou àquele que busca essa condição qual deve ser o papel de cada um nesse enredo.

A evolução da comunicação social nos cobra isso com angústia e nosso comportamento, quer por vaidade individual ou por defeitos outros e próprios do Homem, ainda se arrasta entre o sensacionalismo que faz expurgar o cancro mas que se esgota ao cair da noite após jogarmos as páginas do jornal do dia na lata do lixo, junto com nossa inércia encoberta que fora pelo falso brilho da notícia.

Temos sim que nos relacionar com a mídia de forma concreta e institucional, expondo nossa antevisão de fatos e de atos que redundarão em ferir a Lei e dificultarão a convivência ordeira. Se a ferida está aberta vamos fechá-la com os mesmos mecanismos legais e constitucionais que cobramos dos outros e que por vezes titubeamos, jamais por dolo pois isto seria a completa falência do ser humano que abraça nosso sacerdócio profissional, mas pelo cacoete de zelar pelos interesses de todos.

Nós, membros do Ministério Público, bem longe de buscar notoriedade com nossas ações, trabalhamos para que nosso público ministério sirva de eixo de reunião de ações e de idéias para todos, mas todos precisam nos conhecer melhor, temos de ser os primeiros a exercer aquela tarefa de que lhes falei a pouco, a de mostrar qual é o nosso papel.

Nesse sentido, a exemplo do que já fizeram tantos outros Ministérios Públicos brasileiros, lançamos hoje e aqui, o mais arrojado programa de coleta, esclarecimento, informação e difusão de nossa Instituição. Esse programa levará Promotores e Procuradores de Justiça a encontros permanentes com todas as classes sociais e de todas as faixas etárias. Estamos concitando a todos os membros a esclarecer a cada um

dos amazonenses, não importa onde esteja esse caboclo, o que é, para que serve e como podemos ajudá-lo a exercer sua cidadania.

Nas escolas, templos, associações, sindicatos, clubes, enfim, vamos difundir, não marqueteiramente o Ministério Público, mas difundir mecanismos técnicos de que se podem valer para obter dignidade, aqueles que ainda não a tem, ou que contribuam outros entendendo que não queremos somente requisitar, condenar e pedir para prender, por mera veleidade, porém o fazemos com a visão de quem abraçou uma causa social extraordinariamente bela e cujo objetivo maior não é o reconhecimento de todos ou mesmo de alguns poucos, mas a recompensante satisfação de dormirmos em paz com nossas consciências cristãs.

Experimentamos hoje avanços Institucionais que somente os atingimos depois de acurado trabalho administrativo desenvolvido da Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas, bem distante de qualquer auto-elogio deve esta mensagem servir de alerta para que não tenhamos mais de retroceder voltando a viver a reboque das intempéries dos belos discursos e do convencimento fácil e frágil e que hoje pode nos jogar em um abismo do qual jamais sairemos.

Avizinham-se arranjos absurdos pelo País afora contra nossas garantias; falsos democratas pregam calar nossa Instituição impondo-nos uma mordação para que não digamos que querem continuar a dilapidar o patrimônio público, agora impunemente, pois tentam também retirar de cerca de 10500 Promotores de Justiça e transferir para 27 Procuradores-Gerais de Justiça a tarefa de vigiar os agentes políticos.

Mas o presente momento não difere de tantos outros que passamos

e que lutamos arduamente para superar. Aqui então retomo o que falei no início, aquela hipocrisia do purismos político defendido por alguns e que nesse instante são os primeiros a correr aos gabinetes parlamentares pedindo socorro. O que lhes alerta é para que sejamos cada vez mais coerentes e este é o rumo correto ao engrandecimento Institucional indispensável.

Como Chefe da Instituição Ministerial e como membro efetivo dela, tenho o dever dizer que se avançamos tanto nos últimos quatro anos, foi porque sempre buscamos reunir sem trair, fizemos ainda que fôssemos traídos e fizemos das ingratidões e deslealdades estímulo para tornar a reunir. Mas tudo que fizemos foi com a exata noção da responsabilidade enorme e delicada que é Administrar, gerir a Casa dos Fiscais da Lei com todas as complexidades comuns da coisa pública, tarefa à qual não basta ter o inarredável compromisso Institucional, discursos ou mera curiosidade administrativa, entendo ser indispensável conviver com todos os mecanismos da administração pública sem pré-conceito algum.

Finalizo, para alívio de todos é claro, declarando, com muito orgulho, aberto o I CONGRESSO ESTADUAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, não sem antes tornar público o registro de gratidão institucional e pessoal à Comissão Organizadora deste certame, realçando a competência, a garra, o brilhantismo, a lealdade e o desprendimento da Dra. Anabel Vitória Mendonça Pereira de Souza, em cujo nome tributo o êxito que já vislumbramos terá este Congresso.

E que Deus nos proteja a todos.